

Ofélia Carvalho – *As vozes de um passado próximo na aula de História*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 8-26.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a1

As vozes de um passado próximo na aula de História

The voices of the past in the history classroom

Les voix du passé dans la salle d’histoire

Las voces del pasado en la clase de historia

Ofélia Carvalho
Professora de História de Ensino Básico e Secundário
ofelialuisacarvalho@gmail.com

Resumo: Este artigo surge na necessidade de recordarmos o passado, para evitarmos que o mesmo ocorra no futuro. Mais do que um contributo para o ensino da História, surge em cooperação com a construção de uma sociedade consciente da sua história, da sua memória coletiva, assente nos valores de abril. Focado na realidade portuguesa, mais precisamente no distrito do Porto, este estudo de caso envolveu a participação de 46 alunos que, no ano letivo de 2020/2021, frequentavam o 12.º ano de escolaridade do Ensino Secundário. Após a análise dos dados, denota-se a empatia histórica dos alunos portugueses – conscientes de que fazem parte da memória coletiva.

Palavras-chave: História; Revolução; História Oral; Estado Novo; Educação Histórica.

Abstract: This article arises from the need to remember the past to prevent it from recurring in the future. More than a contribution to the teaching of history, it arises in cooperation with the construction of a society aware of its history, of its collective memory, based on the values of April. Focused on the Portuguese reality, specifically in the district of Porto, this case study involved the participation of 46 students who, during the academic year 2020/2021, attended the 12th grade of secondary education. After analyzing the data, the historical empathy of Portuguese students is noted – aware that they are part of collective memory.

Keywords: History; Revolution; Oral History; Estado Novo; Historical Education.

Résumé: Cet article découle de la nécessité de se souvenir du passé pour éviter qu'il ne se reproduise à l'avenir. Plus, qu'une contribution à l'enseignement de l'histoire, il émerge en coopération avec la construction d'une société consciente de son histoire, de sa mémoire collective, basée sur les valeurs d'avril. Axée sur la réalité portugaise, plus précisément dans le district de Porto, cette étude de cas a impliqué la participation de 46 élèves qui, pendant l'année scolaire 2020/2021, étaient en classe de terminale dans l'enseignement secondaire. Après analyse des données, l'empathie historique des élèves portugais est notée - conscients qu'ils font partie de la mémoire collective.

Mots-clés: Histoire ; Révolution ; Histoire orale ; Estado Novo ; Éducation historique.

Resumen: Este artículo surge de la necesidad de recordar el pasado para evitar que se repita en el futuro. Más que una contribución a la enseñanza de la Historia, surge en cooperación con la construcción de una sociedad consciente de su historia, de su memoria colectiva, basada en los valores de abril. Centrado en la realidad portuguesa, específicamente en el distrito de Oporto, este estudio de caso involucró la participación de 46 alumnos que, durante el año escolar 2020/2021, cursaban el 12º año de educación secundaria. Tras el análisis de los datos, se nota la empatía histórica de los alumnos portugueses, conscientes de que forman parte de la memoria colectiva.

Palabras clave: Historia; Revolución; Historia Oral; Estado Novo; Educación Histórica.

Introdução

Desde os primeiros registos da historiografia mundial, a mesma preocupou-se como relato de assuntos de cariz político e económico, olvidando os contributos dados pela sociedade para a construção do conhecimento histórico. Do mesmo modo, procurou-se destacar as grandes personalidades que se revelaram excecionais nessas áreas, esquecendo todos aqueles que, no quotidiano, contribuíam para a construção dos acontecimentos históricos.

A História Oral surge como a principal protetora daqueles que permanecem na sombra do relato histórico. Esta constitui-se como a principal responsável pela alteração do propósito da História, ao contrário do pressuposto que a História Oral teria como objetivo reescrever o trajeto histórico. Segundo Paul Thompson (Thompson, 1992), a História fica mais rica com os contributos dados pela sociedade, através das diversas técnicas de inquérito. Como um dos ramos mais importantes da área científica da História, a História Oral recolhe as fontes orais para a construção de um conhecimento sólido e abrangente (Cardina, 2012). Estas fontes orais, na maioria das vezes, revelam-se suficientes para fundamentar um acontecimento histórico, mas frequentemente, são utilizadas como complemento a outras fontes escritas. Como docentes desta área científica, consideramos essencial a abordagem das temáticas históricas neste perspetiva, procurando recolher os testemunhos orais no local onde, historicamente, o conhecimento é construído: a sala de aula.

Os alunos portugueses, na atualidade, não possuem uma memória ativa sobre o tema que nós pretendemos abordar, mas os seus familiares, os seus conhecidos possuem. Prontamente, predisposemo-nos a cumprir determinados objetivos com esta abordagem:

- Compreender a importância das fontes orais no ensino da História.
- Compreender as vantagens que as fontes orais representam no processo de ensino-aprendizagem.
- Fomentar o desenvolvimento do aluno enquanto cidadão, consciente da sua realidade, através de atividades de pesquisa junto do contexto sociofamiliar.
- Desenvolver nos alunos a capacidade de reflexão sobre o seu processo de ensino-aprendizagem.

Enquadramento conceptual

A conceptualização da História Oral

Segundo a tradição oral e os testemunhos escritos deixados para a posterioridade, sabe-se que o primeiro registo histórico terá sido criado na Antiguidade Clássica, mais precisamente, na Grécia Antiga. Heródoto, historiador grego do século V, narrou que o *autopsie* (ver) e o *akôe* (ouvir) eram as principais fontes de informação na construção do conhecimento histórico. Tucídides, historiador grego contemporâneo do supramencionado, relatava frequentemente que as suas obras tinham sido, quase na totalidade, transcritas da oralidade – a título de exemplo, a obra *História da Guerra do Peloponeso*.

Na Época Medieval, quando os cronistas narravam os milagres religiosos, utilizavam amiúde os testemunhos orais, como um fundamento essencial. Já na Época Moderna, com o aparecimento da Arquivística, despoletou-se o crescimento dos registos escritos, assim como a preocupação em coletar as memórias dos tempos que decorriam. Até ao século XIX, devido a este último aspeto mencionado, a História Oral cai no adormecimento, e só desperta com o contributo de Jules Michelet. Ao contrário de Voltaire, filósofo do século XVIII, que considerava que “a História não é uma questão de memória mas sim de razão”, à luz do século das Luzes, Jules Michelet preocupou-se com a recolha dos testemunhos orais, com o contacto com os pares para a recolha de impressões, de forma a complementar a informação obtida sobre o processo revolucionário francês – que culminará na obra *História da Revolução Francesa (1800)*. O pensamento positivo, característico dos Oitocentos, remeterá estes mesmos testemunhos orais para a área da Etnografia, demonstrando lealdade às fontes escritas e aos factos históricos.

As primeiras metodologias da História Oral, enquanto ramo da área científica da História, surgem na Etnografia, quando são recolhidos testemunhos orais para registar as histórias populares e de carácter etnográfico, sobre o velho continente europeu. Nesta senda, destaca-se o escritor português Almeida Garrett (1799-1854), com uma investigação exaustiva sobre a memória coletiva portuguesa.

Nos finais do século XIX, surge na Europa a necessidade de justificar os nacionalismos exacerbados das várias potências europeias, de forma a definir a sua identidade histórica, assim como a criar um passado histórico da comunidade. No caso

Ofélia Carvalho – *As vozes de um passado próximo na aula de História*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 8-26.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a1

dos Estados Unidos da América, justifica-se esta procura pelas fontes orais e pela recolha de testemunhos etnográficos.

A História Oral, ao longo da sua existência, constitui-se como um meio de validação da informação presente nos registos escritos (incessantemente imprecisos ou omissos) – mas também para outras áreas do saber, como a Sociologia – que lhe faculta os seus métodos de inquérito de informação, para a recolha de questões sociais (Dunaway & Baum, 1996).

No início do século XX, um jornalista do *New York Times*, Allan Nevins (1890 - 1971), inicia o registo dos testemunhos orais a personalidades da área política, através da utilização de técnicas de registo magnético. Não podemos olvidar o contributo dado por George Ewart Evan (1909-1988) na introdução da gravação de som e de imagem para a solidez dos testemunhos orais enquanto fonte de informação. O canal inglês da BBC (British Broadcasting Corporation) introduz a História Oral no mundo televisivo, abrindo as portas a uma nova fase, que será continuada noutros países. A partir da Segunda Guerra Mundial, mediante a utilização das máquinas de gravação individual, a História Oral demonstra um crescimento significativo, sendo apresentada como uma técnica preferencial na investigação das universidades europeias e norte-americanas (Yow, 2005).

Em Itália, durante o século XX, vemos nascer um conjunto de artigos e dissertações no âmbito da História Oral – favoráveis à criação de uma relação fundamental entre o entrevistado e o entrevistador, assim como à valorização da tradição oral enquanto fonte de conhecimento. Portugal não é exceção, no que diz respeito ao interesse pela História Oral. Na segunda metade do século XX, Portugal preocupar-se-á com o arquivo de testemunhos orais fundamentais à construção de um conhecimento histórico mais preciso. Para tal, revela-se a fundamental a criação dos arquivos institucionais da *Rádiodifusão Portuguesa* (antiga *Emissora Nacional*), da *Rádio e Televisão Portuguesa* (RTP), do *Centro de Documentação 25 de abril* (na cidade de Coimbra) e a *Biblioteca – Museu da República e da Resistência* (em Lisboa).

Neste prisma, não podemos esquecer os espaços criados no século XXI, não só para preservar a memória coletiva de determinadas comunidades (como o *Museu do Holocausto*, na cidade do Porto), como também para preservar os espaços que são considerados determinantes para o desencadear de processos revolucionários (como o

Ofélia Carvalho – *As vozes de um passado próximo na aula de História*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 8-26.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a1

Museu Nacional da Resistência, que está a ser construído na Fortaleza de Peniche, com data prevista de término em 2024).

A memória enquanto construtora da identidade

No início do século XIX, o Romantismo (corrente de pensamento que valorizava o exotismo, o fervor pelo nacionalismo e a valorização do passado) sugeriu a criação de uma História que se baseasse nos mais relevantes acontecimentos históricos, como legitimação das nacionalidades europeias. Ao contrário do Iluminismo do século anterior, que se pautava pelo rigor, o romantismo valorizava a história globalizante em detrimento da lealdade aos factos históricos. A corrente romântica procurava absorver os testemunhos de quem viveu esses mesmos acontecimentos, e cuja história não era tradicionalmente relatada. Na viragem para o século XX, demonstra-se de significativa relevância a celebração de acontecimentos históricos no prisma nacional. Estes revelam-se cruciais para a criação de um sentido de comunidade.

Comummente, o indivíduo considera que é único a recordar-se de algo, mas esquece-se que se inclui dentro de uma comunidade, de um grupo social. A capacidade de recordar assiste a todos os seres humanos. A memória, decorrente da ação de recordar, requer um sujeito, seja individual ou coletivo. A memória está indubitavelmente associada a uma identidade, seja privada, seja comunitária, seja nacional. Para definir o que é o passado, precisamos indissociavelmente de possuir uma memória, uma vez que sem ela não conseguimos distinguir aquilo que já existiu daquilo que ainda persiste. Esta memória pode assumir vários formatos, constituindo-se como sons, imagens, cheiros, gestos. Esta constitui-se como o nosso meio privilegiado para conhecer a realidade. A História, enquanto ciência social, surge como uma forma de preservar essa memória. Só com a valorização das Ciências Sociais, no início do século XX, se consegue distinguir entre a memória individual e a memória coletiva – importantes para a criação da história pessoal, da mesma forma que contribui para a criação de um sentido de pertença.

A memória coletiva versus a memória individual

Qualquer um de nós pode constituir-se como uma fonte elementar para a criação de uma memória sobre um acontecimento histórico. Dentro de cada um de nós, existem dois egos - aquele que viveu um determinado momento e obtém memórias ativas do mesmo,

Ofélia Carvalho – *As vozes de um passado próximo na aula de História*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 8-26.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a1

e aquele que não esteve presente em determinada altura, mas que recupera essa recordação através de observações de outros (Matos & Senna, 2011). Entre as nossas lembranças ativas e as percepções que fazemos dos relatos externos, criamos uma panóplia de memórias, enquanto ser individual - que pode ser diferente do conjunto de memórias de outro indivíduo.

As nossas percepções sobre algo suportam-se nas nossas lembranças das conversas com o outro – o que conduz ao aumento da certeza e da precisão que possuímos de uma experiência, uma vez que consideramos que a experiência de outrem sustenta a nossa memória. Não nos encontramos sós no mundo: somos parte integrante de um grupo familiar, de uma comunidade local e/ou de uma comunidade nacional (Araújo & Stoer, 1993). Na trajetória das nossas vidas, ocorrem momentos dos quais não criamos uma memória ativa, uma vez que dependemos da opinião e na observação de outros para constituir uma memória como nossa. Essa mesma memória pertence ao indivíduo, mas não foi criada pelo mesmo – pertence à memória coletiva de uma comunidade familiar.

Segundo Maurice Halbwachs, sociólogo francês do século XX, conseguimos entender “um conjunto bem definido e limitado de lembranças” (Halbwachs, 1990: 32). Após um acidente, um indivíduo sofre graves consequências ao nível cerebral, afetando a sua capacidade de recordar ou o conjunto pré-definido de memórias. A mesma situação ocorre quando alguém sofre com uma Perturbação de Stress Pós- Traumático (PSPT), uma vez que fica incapacitado de recuperar um momento da sua vida de uma forma límpida. Do ponto de vista fisiológico, sabemos que há um determinado espaço do cérebro que poderá ter sofrido uma lesão com este episódio. Esta parte do cérebro é inteiramente responsável pelo arquivo de certas informações, para memórias posteriores. Devido ao episódio traumático, esta parte anatómica fica incapacitada de executar essas operações e pode obstar a lembrança de algumas recordações, da mesma forma que pode limitar a capacidade de registar futuras memórias.

O indivíduo perde a competência de se interrelacionar com os pares, que pertencem a outros grupos sociais no qual o sujeito se insere. Na eventualidade em que ocorra um entorpecimento de um período de vida, o conjunto de memórias que criamos em comum com um grupo social esvanece-se, eliminando consecutivamente as ligações que possuíamos com esses indivíduos. Ao contrário do que é comumente considerado, nem a convivência posterior pode ser suscetível de recuperar essas vivências. Deste modo, ainda

Ofélia Carvalho – *As vozes de um passado próximo na aula de História*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 8-26.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a1

que não desejemos o esquecimento de memórias e de conexões com outros meios sociais, detemos uma tendência para a eliminação de determinados aspetos.

Frequentemente, eliminamos passos dados na construção de memórias individuais. Quando não convivemos amiúde com os membros do meio social em que estamos integrados, (abordando essas mesmas recordações) não obtemos essas informações facilmente – falta-nos o auxílio da memória coletiva do grupo social. Contudo, será que os membros envolventes deste grupo social detetam os momentos em que criamos uma memória individual? Segundo Maurice Halbwachs, “(...) cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva (...)” (Halbwachs, 1990: 51). Isto é, ainda que a memória coletiva seja mais consistente e perdurável, a mesma não existe sem a individualidade do sujeito em cada grupo social. Cada membro atribui um contributo individual ao contexto coletivo.

Os nossos atos, enquanto seres individuais, resultam de um acaso na trajetória da vida – considerando-se autónomos de todas as interações coletivas. Uma vez que não existem testemunhas e por ocorrer uma influência da causa sobre o efeito, consideramos que a memória possa ser individual (embora possua memórias do foro coletivo). Num museu, quando estabelecemos um objeto suspenso no ar, sabemos que o mesmo não se encontra só, apesar das evidências. Foram necessários diversos suportes e arames para o sustentar naquela posição. O indivíduo vive a mesma circunstância: apesar de possuímos a nossa individualidade, existimos indubitavelmente numa comunidade, vivemos em sociedade. Sem a mesma, as nossas vivências são profusamente alteradas. Deste modo, encontramos um fundamento para o provérbio africano “It takes a village to raise a child”. Independentemente das suas características individuais ou coletivas, julgámos queo ser humano vive em sociedade com um dever.

O dever da memória

Segundo Georges Santayana (1863-1952), filósofo espanhol, naturalizado americano, “aqueles que não recordam o passado estão condenados a repeti-lo” (Santayana, 1905: 284). Na mesma ótica, Primo Levi (1919-1987), escritor italiano e sobrevivente do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, escreveu uma obra que viria a ser publicada a título póstumo, *O dever da memória*. Este último escritor realizou uma investigação, juntamente com outros dois estudantes universitários italianos, durante

Ofélia Carvalho – *As vozes de um passado próximo na aula de História*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 8-26.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a1

o ano de 1982. Nesta investigação, recolheram-se mais de 200 testemunhas de sobreviventes de campos de extermínio. Não nos interessa particularmente o resultado do estudo, mas sim a metodologia utilizada: a abordagem da memória viva para a construção de um acontecimento histórico. Teremos, como afirmou Primo Levi, o dever de memorar?

Todos os indivíduos, pertencentes a uma sociedade ou a uma cultura étnica em particular, possuem o direito e o dever de memorar. Segundo Primo Levi, temos o dever de não esquecer. George Santayana, nas palavras supramencionadas, sublinha a importância de recordar o passado para evitarmos que no futuro possam ocorrer novamente determinados erros. O ser humano não pode ser ignorante perante o caminho traçado pelos seus antepassados, uma vez que, deste modo, não consegue interagir em sociedade com sabedoria – de forma a deixar a sua marca, o seu legado, para os sucessores. O indivíduo deve ser informado da realidade em que se encontra, das suas ocorrências e dos seus obstáculos, para traçar de uma forma mais concisa a sua trajetória.

A título de exemplo, recordemos os momentos após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A Humanidade encontrava-se em recuperação após um terrível conflito bélico, com diversas frentes de batalha, que tinha iniciado a sua experiência na Guerra Civil em Espanha, entre 1936 e 1939. Nem por isso os Estados Unidos da América e a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), deixaram de despoletar um conjunto de conflitos locais, que contribuiria para a construção de novas memórias traumáticas para as populações. Todavia, importa-nos mencionar a significativa alteração de mentalidades que ocorre após o término do conflito mundial, em 1945. As comunidades compreenderam a importância de recordar, de rememorar determinados momentos, como um dever dos indivíduos, uma necessidade para evitar futuras ocorrências.

Este subtítulo surge como uma recordação da relevância que a História Oral, enquanto ramo científico, possui para o cumprimento do dever da memória. Nas décadas que sucederam ao conflito mundial, diversos testemunhos de sobreviventes foram recolhidos, em vários locais, por historiadores que se preocuparam (de uma forma célere) em compilar essas memórias e arquivá-las para a posterioridade. O mesmo só foi possível através da técnica de investigação da entrevista. Entre as centenas de testemunhos orais recolhidos, relativos a esta temática, podemos destacar Chaya Lassmann, uma vítima do “Anjo da Morte” do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau. A título de curiosidade, a mesma é mãe de um dos membros da Comunidade Judaica do Porto e tutela

Ofélia Carvalho – *As vozes de um passado próximo na aula de História*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 8-26.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a1

o *Museu do Holocausto do Porto* (mencionado, inicialmente, no enquadramento conceptual).

De igual modo, não podemos olvidar os incontáveis testemunhos orais de guerras e episódios políticos conturbados relativamente a outras Nações. No que diz respeito a Portugal, os historiadores da História Oral centraram a sua atenção no Estado Novo, regime que vigorou entre a criação do documento constitucional de 1933 e a realização de uma Revolução de cariz militar e popular no dia 25 de abril de 1974. O enfoque reside na atitude repressiva que as estruturas políticas demonstravam perante os seus opositores, assim como o clima de terror lançado no quotidiano das comunidades portuguesas (Ramos *et al.*, 2021).

Entre diversos espaços que podíamos destacar, particularizamos a Prisão do Aljube, que presentemente opera como o *Museu do Aljube – Resistência e Liberdade*. Este museu busca não só atentar na memória da resistência contra o regime ditatorial, como inclusive reconhecer a luta efetuada em prol dos valores da democracia. Segundo o *website*, “o Centro de Documentação do Museu do Aljube recolhe, trata e disponibiliza à comunidade documentos materiais e imateriais sobre a prisão política, a resistência à ditadura e os combates pela liberdade no século XX” (Centro de Documentação do Museu do Aljube, 2024). Será precisamente neste conjunto de testemunhos orais de personalidades portuguesas que pretendemos deslocar a nossa atenção, no que diz respeito à repressão política durante o período do Estado Novo. Por acreditarmos que é fundamental ouvir aqueles que viveram um acontecimento histórico, e cujo testemunho não ficou registado, evidenciamos a necessidade de ouvir quem compunha as comunidades locais do Estado Novo – entrevistados pelos alunos portugueses.

Enquadramento curricular

Os documentos legais

Pilar Folguera Crespo, professora emérita da Universidade Autónoma de Madrid, na sua obra *Como se hace historia oral* (1994), revela que a História Oral é importante para o domínio da investigação, mas é essencial para a área da educação. Posto isto, expomos de seguida os documentos legais em que nos sustentamos para a realização deste estudo de caso. O propósito seria incentivar o aluno a participar de forma mais ativa na sua aprendizagem, estreando o seu caminho enquanto investigador, mas também enquanto

Ofélia Carvalho – *As vozes de um passado próximo na aula de História*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 8-26.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a1

conhecedor da sua dinâmica sociogeográfica e familiar. Além disso, pretendíamos desenvolver a empatia histórica nos alunos (Silva, 2018).

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), homologado pelo Despacho n.º 6478/2017 (2017), 26 de julho, garante a reivindicação do aluno em se tornar “um cidadão munido de múltiplas literacias que lhe permitam analisar e questionar criticamente a realidade, avaliar e selecionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia a dia”. A oralidade pode ser inserida nas múltiplas literacias referidas pelo documento acima. Segundo o PASEO, é necessário “abordar os conteúdos de cada área de saber, associando-os a situações e problemas presentes no quotidiano da vida do aluno ou presentes no meio sociocultural e geográfico em que se insere, recorrendo a materiais e recursos diversificados”.

As Aprendizagens Essenciais de História A (AE), promulgado pelo Despacho n.º 8476-A/2018, 31 de Agosto (2018), reconhece os conhecimentos, as capacidades e as atitudes que os alunos do 12.º ano de escolaridade devem demonstrar na disciplina de História A (disciplina que pretendemos abordar no estudo de caso). Um dos eixos organizadores deste documento determina que devemos optar “por uma pedagogia que envolve os alunos na construção do conhecimento, permitindo o aprofundamento de determinados temas, a mobilização de componentes locais para a construção do currículo e as explorações interdisciplinares”. Para construirmos esse conhecimento aprofundado, as fontes orais constituem-se determinantes, em complemento às restantes fontes históricas.

Enquadramento metodológico

As técnicas de inquérito

Luís Vidigal é um dos autores portugueses que trabalha temáticas relacionadas com a utilização das fontes orais. Na sua obra *Os testemunhos orais na escola: História Oral e projetos pedagógicos*, expõe a definição de inquérito: “um instrumento de trabalho, estruturado com base em técnicas diversificadas, que serve para a recolha de informações. Trata-se de procedimentos que consistem em suscitar um conjunto de discursos individuais, em interpretá-los e generalizá-los” (Vidigal, 1996: 53). Para apreender melhor a História Oral, devemos apresentar as diversas técnicas de inquérito. O questionário e a entrevista, utilizadas frequentemente na investigação, assim como na

Ofélia Carvalho – *As vozes de um passado próximo na aula de História*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 8-26.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a1

formação de professores, são as duas técnicas de inquérito utilizadas na História Oral.

Para o estudo de caso que exibiremos de seguida, focar-nos-emos na entrevista, uma vez que se constitui como uma técnica de inquérito que transmite uma certa liberdade de expressão ao entrevistado, deixando o mesmo confortável para fornecer informações do foro mais íntimo. Porém, a entrevista apresenta as suas desvantagens para a investigação, tais como o respeito escrupuloso pelo tempo estipulado e a falta de homogeneidade dos discursos apresentados, pelos vários entrevistados.

A amostra

Nesta etapa de preparação, devemos estabelecer um público-alvo, assim como uma amostra para realizar as entrevistas – de modo a recolhermos os testemunhos orais sobre uma temática. A amostra deve ser criada em função da temática escolhida, o que à partida dificulta a tarefa de abranger todos os indivíduos que possuam informações pertinentes para a dita investigação. A seleção da amostra deve ser alvo de critérios rigorosos, tendo em conta o género, a idade e as experiências pessoais dos sujeitos. A designada “amostra-ideal” consiste naquela que fornece informações abonáveis e de relativa importância para a investigação, tendo em conta “critérios de repartição geográfica (...), de repartição sexual (...), de repartição etária (...), de repartição profissional (...)” (Vidigal, 1996: 57).

Implicações éticas da utilização das técnicas de inquérito

As entrevistas acarretam algumas implicações éticas, particularmente no que diz respeito à utilização dos dados pessoais dos sujeitos e à proteção dos mesmos, para não serem utilizados de forma desadequada por outros. No contexto escolar, importa destacar que são utilizados amiúde dois documentos para a realização de trabalhos com recurso a técnicas de inquérito: o pedido de autorização aos Encarregados de Educação e a declaração de consentimento informado. Deste modo, os investigadores protegem os entrevistados do extravio de informações pessoais e íntimas dos mesmos, que podem ser utilizadas inadvertidamente por terceiros. Na eventualidade em que surja algum impedimento à entrega destes documentos, os investigadores devem comprometer-se ao sigilo.

Estudo de caso

No ano letivo de 2020-2021, realizou-se um estudo de caso com 46 alunos do 12.º ano de escolaridade do Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades, numa instituição pública do distrito do Porto. Esta amostra subdividiu-se em duas turmas – designadas daqui em diante como Turma X e Turma Y. A turma X possuía 25 alunos na disciplina de História A, sendo que 15 alunos se identificavam com o género feminino e 10 alunos com o género masculino. A turma Y, por sua vez, era composta por 21 alunos na disciplina de História A, sendo que 13 alunos se identificavam com o género feminino e 8 com o género masculino. No que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, as duas turmas apresentavam um dinamismo adequado à lecionação dos conteúdos, assim como um aproveitamento favorável dado o grau de dificuldade visível no último ano da escolaridade obrigatória.

Num primeiro momento, alinhavamos os três elementos que seriam solicitados aos alunos para posterior avaliação, assim como subsequente utilização na presente investigação. Os alunos deveriam ser capazes de criar um guião de entrevista correto, relativamente ao domínio da comunicação escrita em língua portuguesa, como também com questões relevantes para a temática selecionada. Além disso, os alunos teriam de executar uma entrevista gravada a um familiar ou a um conhecido, exprimindo-se com clareza e permitindo um dinamismo no discurso com os entrevistados. Por último, os alunos deveriam ser capazes de refletir sobre o trabalho efetuado, particularmente no que diz respeito aos conhecimentos obtidos e à experiência como investigadores da História Oral.

Durante o esclarecimento aos alunos dos procedimentos, foram dadas algumas indicações no que concerne à temática e à amostra selecionada. A entrevista devia ser realizada a um familiar ou a um conhecido, que tenha nascido até ao ano de 1965 e que detivesse algumas memórias na época histórica correspondente ao regime do Estado Novo (1933-1974). Este ano foi propositadamente selecionado, uma vez que à data da Revolução de 25 de abril de 1974, teria 9 anos de idade – o que lhe permitia possuir algumas memórias do contexto escolar, assim como do contexto familiar. Na eventualidade dos alunos possuírem uma relação próxima com os seus familiares ou conhecidos, disponibilizamos a realização da entrevista na segunda pessoa do singular (desde que dispusessem de um cuidado na correção linguística do questionamento). Na

Ofélia Carvalho – *As vozes de um passado próximo na aula de História*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 8-26.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a1

elaboração do guião de entrevista, os alunos deveriam ter em consideração um conjunto de temas disponibilizados previamente pela docente. Apelando à autonomia e sobretudo à curiosidade dos nossos alunos, abrimos a possibilidade de escolherem um tema que não tivesse sido apontado inicialmente (mediante a consulta prévia com a docente).

À medida que os alunos começaram a elaborar os guiões de exploração, disponibilizamo-nos para receber os mesmos, acolhendo possíveis dificuldades na criação do questionamento, assim como na abordagem dos temas facultados. No que diz respeito à realização da entrevista, foi solicitado aos alunos que utilizassem os seus telemóveis como meio de gravação, disponibilizando as posteriores gravações à docente, em formato *mp3*. Estes registos áudio foram utilizados para comprovar o cumprimento escrupuloso do guião de entrevista (com a eventual flexibilidade na ordem das questões, mediante a fluidez do discurso), assim como para avaliar a oralidade dos alunos e a correção linguística. Posto isto, tal como tínhamos informado anteriormente, os registos áudio não foram utilizados com outros fins se não os investigacionais, relevantes para a temática em estudo.

Após a concretização da entrevista, os alunos deveriam elaborar uma reflexão pessoal, com o máximo de três páginas, sobre a experiência vivenciada na elaboração deste trabalhos. Para tal, deveriam responder às seguintes questões, de forma direta ou indireta:

- O que sentiste/refletiste ao ouvir o testemunho oral?
- De que forma o testemunho oral enriqueceu o teu conhecimento?
- Na tua opinião pessoal, qual é o tema que deveria ter maior ênfase na abordagem do conteúdo do Estado Novo, nas aulas de História?

A avaliação

Para procedermos à avaliação dos trabalhos realizados pelos alunos – divididos em três componentes, como mencionamos anteriormente – criamos um documento que reunia os Critérios Específicos de Avaliação. Na construção do instrumento de inquérito, os alunos foram avaliados tendo em conta dois critérios específicos: a **pertinência das questões elaboradas** e a **correção linguística das mesmas** (sendo atribuída a cotação de 35 pontos e 50 pontos, respetivamente). Na realização da entrevista aos sujeitos selecionados, os alunos foram avaliados com base num critério específico: o dinamismo

Ofélia Carvalho – *As vozes de um passado próximo na aula de História*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 8-26.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a1

do discurso oral na entrevista (sendo atribuída a cotação de 35 pontos). No que diz respeito à redação da reflexão, os alunos foram avaliados tendo em conta dois critérios específicos: a qualidade da reflexão escrita e a demonstração das aprendizagens desenvolvidas (sendo atribuída a cotação de 50 pontos e 30 pontos, respetivamente).

A apresentação dos resultados

Os trabalhos realizados pelos alunos da Turma X e da Turma Y, no âmbito da História Oral, revelaram-se de elevado proveito. Durante a realização dos mesmos, os alunos demonstraram empenho, interesse e sobretudo, muito entusiasmo, num trabalho que sai dos parâmetros convencionais da avaliação da disciplina de História A. De forma a proteger a identidade dos alunos da Turma X e da Turma Y, os mesmos serão representados através de um número. Abaixo, encontram-se os resultados das turmas.

Quadro 1. Avaliação da Turma X segundo os critérios definidos

Alunos	Pertinência das questões	Correção linguística		Qualidade da reflexão escrita		Demonstração das aprendizagens desenvolvidas	Soma
Alunos	Pertinência das questões	Correção linguística	Dinamismo do discurso oral	Qualidade da reflexão escrita	Demonstração das aprendizagens desenvolvidas	Soma	
1	35	50	20	30	20	155	
2	35	30	0	0	0	65	
3	43	57	-	30	43	173	
4	43	30	-	30	25	128	
5	35	50	35	30	20	170	
6	43	30	-	30	25	128	
7	25	57	-	30	25	137	
8	35	50	35	30	30	180	
9	25	57	-	30	25	137	
10	35	50	35	30	20	170	
11	35	50	35	30	30	180	
12	35	30	35	30	30	155	
13	35	30	35	30	20	150	
14	35	30	35	30	20	150	
15	20	30	35	30	30	145	
16	35	30	35	30	20	150	
17	0	0	0	0	0	0	
18	35	30	20	30	30	145	
19	43	57	-	30	25	155	
20	35	50	35	30	20	170	
21	20	30	35	30	30	140	
22	43	30	-	30	25	128	
23	35	30	35	30	20	150	
24	20	30	35	30	30	145	
25	35	50	35	50	30	200	

Quadro 2. Avaliação da turma Y segundo os critérios definidos.

Alunos	Pertinenciadas questões	Correção linguística	Dinamismo do discurso oral	Qualidade da reflexão escrita	Demonstração das aprendizagens desenvolvidas	Soma
1	35	30	35	30	20	150
2	35	30	35	50	30	180
3	35	30	35	50	20	170
4	35	30	35	50	20	170
5	35	30	35	30	30	160
6	35	30	35	30	20	150
7	20	30	35	0	0	85
8	35	10	35	10	10	100
9	35	30	35	30	20	150
10	35	30	35	50	30	180
11	35	50	35	50	30	200
12	35	30	35	50	30	180
13	10	50	20	30	20	130
14	35	30	35	30	30	160
15	35	50	35	50	30	200
16	35	30	20	0	0	85
17	35	50	35	50	30	200
18	35	30	35	30	30	160
19	35	30	35	50	30	200
20	35	30	20	30	30	145
21	35	10	35	30	20	130

Depois de expormos os resultados dos alunos da Turma X e da Turma Y, urge a necessidade de explicar o desvio efetuado ao que era pretendido e aos critérios de avaliação definidos. Aquando do fornecimento das instruções aos alunos da Turma X, alguns alunos informaram a docente que existia um elemento que impossibilitava a realização do mesmo. Estes alunos não possuíam nenhum familiar ou conhecido, que estivesse vivo ou tivesse vivenciado este período histórico. De forma a resolver este obstáculo encontrado, apresentamos aos alunos a possibilidade da realização de um trabalho alternativo. Os alunos deveriam observar um testemunho oral em vídeo (disponível em arquivos orais), sucedido pela redação de um guião com as questões que fariam a essa testemunha, e terminando com a realização de uma reflexão crítica sobre a informação que adquiriram. Os alunos da Turma X que se encontravam nestas circunstâncias são os alunos 3, 4, 6, 7, 9, 19 e 22. No Quadro 1, observamos os critérios criados para a avaliação desta alternativa ao trabalho proposto originalmente (sendo os pontos do instrumento em falta redistribuídos pelos restantes critérios). De igual modo,

Ofélia Carvalho – *As vozes de um passado próximo na aula de História*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 8-26.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a1

importa salientar que a aluna 17 da Turma X foi o único caso de incumprimento, no que diz respeito à realização dos elementos de avaliação. A aluna em questão possuía uma baixa frequência às aulas, derivada de complicações ocorridas após uma infeção viral.

A História Oral – a perspetiva dos alunos

Depois dos alunos realizarem os elementos previstos para a avaliação e para o plano investigacional, tornou-se fundamental perceber o impacto da nossa intervenção, assim como compreender a perspetiva dos alunos sobre a utilização dos testemunhos orais na aprendizagem da História. Posto isto, elaboramos um inquérito por questionário, tendo por base as obras de Judith Bell (Bell, 2004) e de Bruce Wayne Tuckman (Tuckman, 2000). Para apurarmos a opinião dos alunos, precisamos estabelecer os objetivos a alcançar com o questionário, entre os quais podemos encontrar:

- Compreender a importância da utilização dos testemunhos orais na sala de aula, para os alunos da disciplina de História A.
- Conhecer o impacto da realização dos trabalhos sobre *Os testemunhos orais no Estado Novo* na vida pessoal dos alunos.
- Avaliar a qualidade do desempenho da docente em relação ao acompanhamento dos alunos na realização do trabalho da História Oral.

Após delinear os alguns objetivos, procedemos à construção do mesmo, através da plataforma *Google Forms*: uma ferramenta digital da empresa Google, que permite não só inquirir e recolher informação, assim como aplicar questionários dentro das instituições. Num tom inicial, enunciamos o contexto e a finalidade deste questionário, para além de mencionar que o mesmo é anónimo – comprometendo-nos a examinar a informação reunida de forma confidencial. Algumas perguntas presentes no questionário apresentavam a tipologia de questões abertas ou de questões fechadas, baseando-nos na obra de Judith Bell (Bell, 2004: 118-120). No presente questionário, encontrávamos também questões que obedeciam a uma escala linear, de acordo com a *escala de Likert* (Likert, 1932).

A análise dos resultados

Após a apresentação dos elementos que compuseram o questionário, importa relembrar a amostra. A Turma X e a Turma Y eram compostas por 25 e 21 alunos, respetivamente. De uma amostra de 46 alunos, apenas 42 alunos responderam ao questionário. Neste último grupo mencionado, 24 alunos (57%) identificavam-se com o género feminino e 18 alunos (43%) com o género masculino. No que diz respeito à idade, havia 20 alunos (47,6%) com 17 anos, 18 alunos (42,9 %) com 18 anos, e por fim, 4 alunos (9,5%) com 19 anos.

Num panorama geral, os alunos confidenciaram que os testemunhos orais são muito relevantes para a aprendizagem da História, em contexto de sala de aula – seja nesta temática, seja noutras temáticas no panorama nacional ou internacional. No que concerne à qualidade do desempenho da docente no acompanhamento dos trabalhos, os alunos mencionaram que foi fundamental, uma vez que se tratava de um instrumento de avaliação diferente do habitual. Além disso, referiram que conseguiram realizar os três elementos solicitados sem sentir grandes dificuldades.

Por último, pretendemos destacar a última questão colocada aos alunos no questionário, que permitia uma resposta aberta. Deixamos aos alunos a questão “Consideras que a relação com os teus familiares e/ou com a tua comunidade se modificou com a realização do trabalho sobre os testemunhos orais? Fundamenta a tua perceção”. A amostra demonstrou-se dividida relativamente a esta questão: 20 alunos (57%) consideraram que a sua relação com a família e/ou com a sua comunidade mudou significativamente, ao passo que 15 alunos (43%) afirmaram que não se registaram quaisquer mudanças no relacionamento com a família e/ou com a sua comunidade. De forma a facilitar a análise e apresentação das fundamentações dos alunos da Turma X e da Turma Y, optamos pela sua categorização. No quadro seguinte, encontramos quatro categorias sobre a última questão do instrumento de inquérito.

Quadro 3. Categorização das respostas dadas à décima quarta questão.

Categorias	Correspondências
Respostas onde se refere o maior conhecimento da História.	9
Respostas onde se denota a empatia histórica com os familiares e/ou conhecidos.	11
Respostas onde se reconhece o maior conhecimento da história familiar.	10
Respostas onde se afirma existir o hábito prévio de dialogar sobre a temática.	5

Considerações finais

A reflexão sobre os resultados obtidos permite a criação de uma imagem positiva do estudo de caso realizado. Pese embora a última questão dividiu os alunos sobre a importância do trabalho realizado para a dinâmica sociofamiliar, a verdade é que o corpo estudantil conseguiu realizar este trabalho, diferente do que costuma ser realizado na disciplina de História A, sem sentir enormes dificuldades. Apesar de existir um elevado número de sujeitos que consideraram as fontes orais como uma das mais importantes fontes históricas, é passível de ser observado um pequeno número de alunos que revelaram pouca receptividade a este tipo de fonte histórica. No panorama geral, através da realização do questionário, conseguimos denotar que esta investigação da História Oral influenciou positivamente os alunos, no que diz respeito à valorização da disciplina de História A.

Enquanto docentes e investigadores da área científica da História, consideramos fundamental que os alunos portugueses conheçam a História pelas vozes de quem a viveu. Torna-se indiscutível o importante papel que os testemunhos orais possuem na criação de um conhecimento histórico mais claro, mais aprofundado e mais rico. A recolha dos testemunhos orais não só permite aos alunos aprender a História, como compreendê-la por quem a vivenciou. A utilização deste tipo de fonte histórica potencializa a construção de valores democráticos nos nossos alunos, a criação de uma consciência histórica que lhes permita, no futuro, praticar uma cidadania ativa.

Apesar de todos estes aspetos, a utilização da História Oral na sala de aula permanece uma exceção e não a regra. É urgente realizar alterações nas prioridades na sala de aula, sobretudo, no que diz respeito à História escrita em discurso direto.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, H. C.; STOER, S. R. (1993), *Genealogia nas Escolas: A capacidade de nos surpreender*, Porto, Edições Afrontamento.
- BELL, J. (2004), *Como realizar um projeto de Investigação*, Lisboa, Gradiva.
- Cardina, M. (2012), “História Oral: caminhos, problemas e potencialidades”, *Usos da memória e práticas do património*, 27-43, [consulta em 10/02/2024]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/43879>

Ofélia Carvalho – *As vozes de um passado próximo na aula de História*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 8-26.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a1

Centro de Documentação do Museu do Aljube (<https://www.museudoaljube.pt/centro-de-documentacao/>)

DUNAWAY, D. K.; BAUM, W. K. (1996), *Oral History: An Interdisciplinary Anthology*, Walnut Creek, Altamira Press.

FOLGUERA, P. (1994), *Como se hace Historia Oral*, Madrid, Eudema.

HALBWACHS, M. (1990), *A Memória Coletiva*, São Paulo, Edições Vértice.

LIKERT, Rensis (1932), “A Technique for the Measurement of Attitudes”, *Archives of Psychology*, 140, pp. 1-55.

LIMA, J. Á.; PACHECO, J. A. (2006), *Fazer investigação: Contributos para a elaboração de dissertações e teses*, Porto, Porto Editora.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. (2011), “História Oral como fonte: problemas e métodos”, *Historiae*, 2 (1), pp. 95-108, [consulta em 10/02/2024]. Disponível em <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395>

RAMOS, R.; VASCONCELOS E SOUSA, B.; MONTEIRO, N. G. (2021), *História de Portugal*, Alfragide, Publicações Dom Quixote.

SILVA, M. V. (2018), *A empatia como estratégia para o ensino-aprendizagem em História*, Porto, Universidade do Porto, [consulta em 10/02/2024]. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/116540>

THOMPSON, P. (1992), *The Voice of the Past: Oral History*, Oxford, Oxford University Press.

TUCKMAN, B. W. (2000), *Manual de investigação em educação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

VIDIGAL, L. (1996), *Os testemunhos orais na escola - História Oral e projetos pedagógicos*, Porto, Edições ASA.

YOW, V. R. (2005), *Recording Oral History*, Walnut Creek, Altamira Press.